

II - ESTUDOS E ENSAIOS

O SENTIDO GEOPOLÍTICO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Cel OMAR EMIR CHAVES

(Conclusão do número anterior)

Voltemos agora à verificação do fato histórico que nos conduzirá à comprovação indiscutível do imperativo geográfico, no caso do descobrimento da Terra de Santa Cruz.

A Índia foi achada e para a sua posse e colonização, de acôrdo com os planos estabelecidos por D. João II, foram mandadas organizar armadas, sob o comando de chefes militares, em substituição aos navegantes, o que bem caracterizava a finalidade da empresa.

Em 1442, Colombo, depois de oferecer seus serviços a Portugal para chegar às Índias pelo Ocidente, reputados empíricos e anti-econômicos, embora possíveis, conseguiu de Santangel, comerciante andaluz, o estipêndio para a realização dos seus projetos, sem que para tal tivessem concorrido materialmente os Cristianíssimos Reis de Castela e Aragão, por temer de incorrerem nas sanções da Igreja por convivência com judeus e infiéis.

A notícia do sucesso de Colombo alarmou os dirigentes portugueses que, a serem verdadeiras as declarações prestadas, teriam de rever os estudos e arquivos que se relacionassem com a arte de navegar, além do completo fracasso econômico da empresa em andamento.

A rota seguida por Cristovão Colombo no rumo Oeste, tendo em vista evitar os mares portugueses concedidos e acordados pela Bula Aeterni Regis e Tratado de Toledo, foi ajudada pelas correntes equatoriais do norte que o conduziram ao Mediterrâneo Americano.

Enquanto perdurou em Lisboa a atonia conseqüente das declarações colombianas, Portugal ameaçou reconhecer e ocupar o achado invocando direitos anteriores, no que foi diligentemente impellido por Castela, sempre pronta, com superioridade, a recomençar a guerra de reivindicações no continente.

A Bula Inter Cetera de 3 de maio foi editada e por ela Alexandre VI, o Papa Borgia, aragonês por nascimento, entregava ao poder temporal de Castela e Leão, tôdas as ilhas e terras firmes, achadas e por achar, que até o Natal de 1492 ainda não tivessem sido descobertas por outros príncipes cristãos, e se achassem de uma linha traçada de pólo a pólo, distando cem léguas para Oeste dos Açores e Cabo Verde.

Incontestavelmente, o instrumento papalino representava tão-sómente o desejo gracioso de Rodrigo Borgia retribuir favores recebidos da côrte espanhola, no momento, poderosa e rica.

Como instrumento político, aberrava do sensato e do científico, porque não consultava as imposições dos fatores da equação a resolver — História e Geografia.

Realmente, Espanha não possuía uma tradição marítima, uma vez que a sua repartição política havia fomentado um sistema de comunicações que conduzia convergentemente ao interior — Madri.

As costas da península, que se ligavam diretamente ao Atlântico, estavam em mãos dos árabes e portugueses. Até mesmo sob o ponto de vista estratégico, não dispunha Espanha do contróle da saída para o mar — Estreito de Gibraltar, que se achava com os mouros e lusitanos.

Assim sendo, nenhuma influência poderia ter o documento quanto ao processo evolutivo natural dos fatos, pôsto que o domínio material do oceano era de Portugal que, pelos meios de que dispunha, poderia com sucesso neutralizar qualquer empreendimento marítimo espanhol.

A inferioridade militar de Portugal no continente tinha sido diplomáticamente conjurada, graças à habilidade de D. João II, que por vèzes até mesmo tentou, senão uma aliança pelo menos o apoio dos reis da França, objetivando uma política de equilíbrio de poder.

A Bula de 3 de maio não postergava nenhum direito garantido anteriormente aos lusíadas, desde que não fôssem as ilhas achadas, terras da Índia, como não foram.

A intenção com que foi editada, porém, não era muito cristalina quanto à preservação dos direitos de Portugal, pôsto que quando da sua assinatura, a versão corrente era de que Colombo tinha aportado às Índias.

Limitado o espaço geográfico para as explorações portuguesas a este tempo quase tôdas reconhecidas na parte correspondente, cortava-se abruptamente o impulso lícito dos discípulos do Infante, cuja capacidade de expansão, ainda comportava o prosseguimento do plano de D. João II.

O poder espiritual da igreja, em tôda a sua plenitude na Europa, transmitia ao Papa certa temporalidade sôbre os governos cristãos, o que constituía, até certo ponto, para o Príncipe Perfeito, uma ameaça para o caso da não aceitação ostensiva da Bula Inter Cetera.

Impunha-se, pois, para Portugal conseguir a revogação do instrumento, alegando, como alegou, a violação de direitos já concedidos sôbre as terras das Índias, uma vez que o próprio Colombo assoalhava, ainda, ter atingido as terras do Oriente.

Peticiona D. João junto ao Papa, que lhe não atende os rogos e em nova Bula de 26 de setembro, "Dudum siquidem", reafirma o seu erro político e derroga direitos portugueses, consubstanciados nos Tratados de Alcaçovas e Toledo, datados de 1479 e 1480, respectivamente.

Resolve então a Coroa Portuguesa, com o intuito de atemorizar Castela ou despistá-la, armar poderosa frota que teria por missão reconhecer e ocupar as terras achadas.

A repercussão da decisão do Príncipe Perfeito, que a este tempo, sem dúvida, fazia secretamente reconhecer, se já não possuía informes, os mares para além do Cabo Verde, provavelmente até as terras do Novo Continente.

De qualquer forma, a atitude agressiva adotada, conteve e retardou a ação dos espanhóis, que, procurando ganhar tempo, propuseram negociações diplomáticas.

O erro estava lançado e qualquer negociação que pretendesse limitar a expansão portuguesa pelo mar não seria exequível, como não foi. A história e a geografia não tinham sido consultadas, consequen-

temente a solução não geopolítica do problema falsearia a seqüência dos acontecimentos, a despeito das possibilidades intervencionistas do fator humano, considerado o estágio da civilização.

Evidentemente, Espanha não estava em condições de em curto prazo alterar a situação no mar por intervenção direta, mas poderia, mediante ameaças no continente, determinar uma conduta cautelosa aos portugueses, quanto a novos descobrimentos.

Os fatos históricos nos contam que nem Portugal mandou a grande armada anunciada tomar posse das terras descobertas por Colombo, nem Espanha concretizou qualquer ameaça bélica no continente. Ambos debateram e estudaram um novo acôrdo, que afinal assinaram em Tordisillas em 1494, apesar do nenhum interesse demonstrado pelos negociadores castelhanos.

Chefiou os plenipotenciários portugueses Rui de Souza, Senhor de Sagres, conselheiro e detentor dos segredos da Coroa nos assuntos relativos à expansão marítima. Da parte de Castela e Aragão, D. Henrique. Henriquez foi o delegado-chefe.

Ambas as comissões fizeram-se acompanhar de assessôres que representavam, para cada uma das partes contratantes, a nata dos melhores conhecimentos de geografia, náutica, astronomia, matemática, direito e política, em voga no momento.

Portugal apresentou-se defendendo um programa geopolítico, perfeitamente definido e ajustado no espaço e no tempo, de acôrdo com a sua tradição e as suas possibilidades, dentro de condições de segurança estrategicamente satisfatórias.

Espanha, ao contrário, valendo-se da sua superioridade material no continente, ia defender um fato ocasional, impreciso ainda, baseada em documento apenas gracioso, de quem dava o que não tinha.

Sob o ponto de vista da ciência, dois grandes erros presidiam os estudos astronômicos dos assessôres espanhóis, que consideravam ainda, como Ptolomeu, para base dos seus cálculos, a amplitude do Mediterrâneo no sentido Leste-Oeste em 61 graus, estimados à razão de $53 \frac{2}{3}$ milhas por grau, como os italianos. Os lusitanos tomavam os dados considerados por Abul Hasan, geógrafo marroquino, que media igual amplitude do mar interior com $42 \frac{1}{2}$ graus, estimado em 61 milhas e meia cada um, conforme professavam os cosmógrafos árabes.

Os estudos de hoje provam a quase exatidão do arco e uma maior aproximação da distância para os dados adotados pelos portugueses.

Portugal, prevendo sua inteira liberdade de ação no contôrno africano, cujas terras que procurava poderiam ficar comprometidas em relação à parte oriental do meridiano demarcado (Bula Dudum Siquidem), além de liberar completamente a sua expansão na parte ocidental (Bula Inter Cetera), propôs como limite um paralelo que logo de princípio não foi aceito.

Ante a impossibilidade de evitar a limitação do surto das velas portuguesas, Rui de Souza negocia então um meridiano impreciso na origem, apenas referido ao arquipélago de Cabo Verde, extremamente confuso no processo cosmográfico de demarcá-lo, mas situado de maneira a permitir uma posição na terra firme já localizada certamente.

Efetivamente, o navegador que, partindo das Cabo Verde, rumo Oeste, seria fatalmente levado a desgarrar para Sudeste, em consequência dos ventos de NE dominantes, para finalmente ser impellido pela corrente sul-equatorial e conduzido às costas do Maranhão e Pará.

Assim como Colombo, para evitar o cruzamento dos mares do Sul, procurou certamente o seu rumo da ação do vento, assim também o navegador incógnito, que em segredo procurou reconhecer os mares de Oeste, não teve interesse em corrigir a deriva, para evitar a rota colombiana.

Foi sempre norma de conduta para os navegantes portugueses o segredo dos feitos e dos achados, o que Jaime Cortezão chamou de — “o sigilo nacional”.

Tudo parece indicar que a média entre as 100 léguas de que trata a Bula Inter Cetera e as 630 léguas que separam a Hispaniola do meridiano das Cabo Verde, conforme informaram os navegadores espanhóis, isto é 370 léguas, foi a posição escolhida para o meridiano demarcatório, em Tordesillas. Por uma notável coincidência, que a nosso ver não foi obra do acaso, o exato traçado da linha de demarcação passa precisamente na foz do Amazonas e proximidades de Belém do Pará.

Incontestavelmente o tratado assinado foi uma brilhante vitória alcançada pela diplomacia portuguesa e trazia em seu bôjo a concepção perfeita do “limes et fines” dos institutos romanos, fundamento sólido do “uti possidetis” para as questões políticas, relacionadas com a determinação do espaço correspondente aos Estados que se foram formando naturalmente pela evolução dos esforços expansionistas das nações colonizadoras, em presença da geografia, como é nosso caso.

A análise do documento, em face do instante histórico da sua assinatura, nos permite afirmar que Portugal, deixando imprecisos a origem e o processo de mensuração para o locamento da linha de Tordesillas refletia o desejo de prolongar indefinidamente a demarcação, enquanto as 370 léguas firmadas, assegurava-lhe a posse legal de terras no Novo Continente.

O sentido geopolítico da empresa lusitana permanece assim assegurado, pela possibilidade de continuação da política expansionista através do espaço terrestre. O aspecto estratégico do tratado, ofensivo por excelência, garantia-lhes uma “cabeça de praia” capaz de ser ampliada, como foi, até o limite do impulso colonizador.

Sobrevém a morte de D. João e assume o poder D. Manoel, discípulo leal, herdeiro por morte do Duque de Vizeu, ferido pelo próprio Rei, ante a convicção de não ser o sucessor presuntivo um continuador do grande plano geopolítico através do mar.

Os primeiros tempos de governo do novo rei, foram incertos e de ambientação. Os pruridos reivindicadores estiveram presentes e as relações com Castela e Aragão inconsistentes com a descoberta de Colombo, aparentemente melhoradas com o Tratado de Tordesillas, tornaram-se cautelosas com o assunto da sucessão.

A parte ocidental do meridiano das 370 léguas assegurava a posse da terra dita desconhecida, mas impunha-se precisar até onde o pactuado garantia o domínio português no Oriente. Na empresa das Índias havia sido empenhado o maior esforço lusitano e por isso constituía o seu objetivo principal.

Espanha e Colombo proclamavam ainda haverem atingido as terras dos Samorins.

Urgia, pois, uma vez completados os reconhecimentos, dar execução ao empreendimento colonizador planejado.

Em 1497, parte o Gama e tem início assim a concretização da parte principal do plano genialmente projetado e cuidadosamente preparado pelo Príncipe Perfeito.

No ocidente fazia-se mister reconhecer a terra assinalada e isso foi indiscutivelmente realizado por Duarte Pacheco em 1498, segundo confirma em sua carta de 1506 a D. Manoel e reforçam as descrições de Mestre João e a rota seguida por Cabral, sem refresco ou aguada nas Cabo Verde.

Os sucessos consequentes da partida do Gama e o casamento do rei com a Infanta D. Isabel, em 1498, trouxe a aliança entre as duas coroas e a ocasião azada à proclamação do “novo” achado.

Embora em 1499 falecesse a rainha, contudo, o ambiente político de segurança não se modificou e aproveitando a expedição de Cabral que seguia para as Índias em continuação ao programa iniciado por Vasco da Gama, tornou público o descobrimento e posse da terra descrita como ilha por Vaz Caminha, mas já identificada como “uma tão grande terra firme” por Duarte Coelho.

Estava finalmente levantado o véu do segredo português sobre o Brasil. Impunha-se não descobrir o “jôgo” da diplomacia lusitana até então usado para com Espanha e dar um golpe de morte na pretensão de Colombo haver atingido as Índias pelo Ocidente.

—oOo—

Quer-nos parecer que cumprimos o nosso desideratum, comprovado pelo exame do fato histórico que o descobrimento do Brasil não foi fruto do acaso, senão que um imperativo de predestinação geográfica de Portugal.

Quando D. João II equacionou o problema da expansão lusitana através do espaço marítimo, que constituía no momento a linha de menor resistência à cultura do seu povo, planejando detalhadamente a posse, colonização e exploração econômica e comercial das Índias, êle realmente resolveu um problema de Geopolítica, exatamente como encaramos esta ciência nos dias de hoje.

Considerou com precisão o fator cultural do povo português, definitivamente afeito ao espaço marítimo, consequência da sua tradição histórica e do aperfeiçoamento científico estimulado pelo Infante.

Considerou também o fator demográfico, substituindo o colono português no continente pelo negro africano da Guiné e da Mina, por forma a não prejudicar a capacidade econômica da metrópole, na época ainda mais enriquecida com a produção das ilhas descobertas, de cuja colonização adquiriu experiências e reservas materiais.

Preparou e conseguiu um potencial econômico e financeiro capaz de armar frotas e exércitos que levassem a bandeira das quinas aos objetivos previstos.

Usou de uma Estratégia Política: seja pacificando diplomáticamente as fronteiras com Castela, seja vigiando o estreito de Gibraltar com a ocupação de Ceuta, seja neutralizando a ação da pirataria no Mar Oceano, seja ainda reduzindo os nativos das terras ocupadas.

Nada foi deixado ao acaso. Nem os reconhecimentos do Oriente feitos através do Oriente Médio; nem as previsões para a continuidade na execução do plano. Do ocidente também foram colhidas informações e por tal forma assim foi que pôde D. Manoel desencadear o planejado, sem maiores dificuldades, pôsto que até a designação de Vasco da Gama para o comando da primeira expedição tinha sido prevista pelo Príncipe Perfeito. Apenas não foram feitas as readaptações necessárias face às novas contingências da geografia.

Mas se tudo estava previsto para as Índias, como surgiu o Brasil? Acaso?

Não! O Brasil surgiu justamente por uma imposição da geografia, desde que nenhuma reação houve de agentes exteriores, contra a progressão portuguesa, que naturalmente se fazia naquele sentido.

As condições físicas do Atlântico Sul, pelos seus ventos e correntes, impeliram o nauta lusitano, quando no exercício do domínio da costa Oeste africana, segundo a linha de menor resistência — Cabo Verde — protuberância nordestina da América do Sul, e afirmando assim a lei geográfica da tendência para a costa oposta.

Foi o determinismo geográfico que se cumpriu em tôda a sua plenitude desde que não houve por parte dos naturais ou elementos exteriores reacções capazes de se contraporem à seqüência natural dos acontecimentos.

Aliás, Portugal teria chegado indubitavelmente mais cedo ao Brasil, não fôra a escolha das Índias como objetivo inicial e posteriormente como principal, contrariando as relações geográficas dos continentes.

A orientação da expansão, segundo o contôrno africano, valeu como uma reacção de possibilismo humano contra o determinismo geográfico, retardando a descoberta e posse do Brasil.

O plano inicial de D. João não tinha como objetivo o Brasil por desconhecido que era, mas foi executado em tal concordância com as imposições do espaço, que acarretou inevitavelmente o seu aparcimento.

—oOo—

Aqui concluímos a nossa palestra e pensamos que conseguimos o fim colimado, sobretudo porque lançamos idéias que poderão servir de início a investigações futuras, que virão enriquecer certamente o nosso patrimônio científico e cultural.

B I B L I O G R A F I A

- | | |
|--|---|
| J. Capistrano de Abreu | Carlos Ritter |
| — O descobrimento do Brasil | — Geografia Comparada |
| Dr. João Pandiá Calógeras | Girão |
| — A política Exterior do Império | — Geografia Humana |
| Arthur Cesar Ferreira Reis | Valloux |
| — Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira | — Geografie Sociale |
| 1º TOMO | Vidal de La Blache |
| Manuel Múrias | — Geografia Humana |
| — História breve da colonização portuguesa | Brunhes |
| Marquês do Lavradio | — Geografia da Paisagem Cultural |
| — Diplomacia do Império | Hans W. Weigert |
| Santarém | — Geopolítica |
| — Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, com as diversas potências do mundo | Hupé |
| Antonio Sergio de Souza | — Geopolítica — La lucha por el espacio y el poder |
| — História de Portugal | Spykman |
| Gonsalo de Reparaz | — Estados Unidos frente al mundo |
| — História de la Colonización | Mordacq |
| — Geografia y Política | — Politique et Stratégie |
| Arthur Dix | O. E. Chaves |
| — Geografia Política | — Fronteiras do Brasil |
| Ratzel | — Formação histórica das fronteiras do Brasil e assuntos correlatos à Geopolítica (Conferência) |
| — Geografia de los Estados, del tráfico y de la guerra | Lundenford |
| | — Guerra total |